


INSTITUTO	
 Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	JT (cidade)
Data	28/3/2002 Pg 15
Class.	476

Europa recomenda: não aceite mogno do Brasil

A Diretoria Geral de Meio Ambiente da Comissão Européia enviou ontem carta a seus países membros recomendando a não aceitar mogno vindo do Brasil.

A recomendação foi feita com base no esclarecimento do Secretariado da Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas (Cites), com sede em Genebra, Suíça, que aconselha seus membros a parar de importar mogno brasileiro devido às suspeitas de que sua origem é ilegal.

O comércio de mogno é regulamentado pela Cites, um tratado internacional criado para controlar o comércio de plantas e animais ameaçados de extinção. O texto da Convenção, da qual o Brasil é signatário, estipula que a exploração não-sustentável ou ilegal de mogno deve ser impedida.

Em outubro de 2001, o governo brasileiro suspendeu indefinidamente o comércio de mogno e determinou uma

auditoria em todos os Planos de Manejo Florestal (PMF) da espécie no Pará, citados pelo relatório do Greenpeace *Parceiros no Crime* como envolvidos em ilegalidades e corrupção. O Ibama, com apoio logístico da ONG, investigou as áreas de entorno desses projetos em outubro e novembro, que resultaram nas maiores apreensões de mogno ilegal da história. Em dezembro, nova resolução do Ibama suspendeu os PMFs de mogno na Amazônia.

Com liminar, exploradoras continuam a exportar

Apesar da suspensão na exploração de mogno imposta pelo governo, algumas empresas conseguiram liminares na Justiça Estadual do Pará para continuar exportando a madeira. Oito destas empresas exportaram mais de 15 mil metros cúbicos de mogno, no valor de cerca de US\$ 11 milhões, entre 20 de dezembro de 2001 e março de 2002.